



Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

NIRE 35.300.340.931

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos abaixo os comentários dos nossos administradores sobre a situação financeira da nossa Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência da Tagma Gestão Logística S.A.

## **10. Comentários dos diretores**

### **10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais 2012**

##### **COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RESULTADOS**

A Tagma tem a satisfação de anunciar os resultados consolidados do quarto trimestre de 2012 e do ano de 2012, ano cujo segmento automotivo ainda mostrou sua importância na economia nacional e cuja aquisição dos negócios da LTD Transportes foi mais um passo na estratégia da Companhia relacionada à Logística Integrada com foco no segmento de distribuição fracionada. Ambos os mercados de atuação da Companhia apresentaram um crescimento acima da economia nacional durante o ano, mostrando que a Tagma está inserida em um contexto econômico bastante dinâmico.

O ano de 2012 foi positivo para o mercado automotivo interno, apresentando nas comparações anuais, um crescimento de 6,1% no volume de vendas em 2012 e crescimento de 7,8% no volume de vendas do quarto trimestre de 2012. Durante o ano, pôde-se perceber o contínuo crescimento da renda do brasileiro, aliado à redução da taxa de desemprego, que, conjugado à estabilidade da taxa de inadimplência do segmento, propicia boas perspectivas para a continuidade da expansão do crédito durante o ano de 2013. No que se refere à produção nacional de veículos, observou-se uma queda de 1,9% no ano de 2012 quando comparado a 2011. Esse desempenho foi decorrente principalmente da prevalência dos modelos importados em relação aos nacionais.

O segmento de Logística de Veículos da Tagma apresentou um desempenho em termos de volume de veículos transportados no mercado interno próximo ao do mercado, com um incremento de 8,4% em relação ao ano de 2011 e um crescimento de 7,6% no quarto trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado. Em termos de faturamento, a divisão cresceu 15,3% no ano de 2012, mesmo patamar de crescimento do quarto trimestre de 2012 em relação a 2011. O segmento de autopeças, por sua vez, apresentou um crescimento no faturamento de 3,6% no ano de 2012 e de 4,8% no quarto trimestre, acima do volume de veículos nacionalmente produzidos.

No que se refere ao mercado do segmento de Logística Integrada, o *e-commerce* apresentou faturamento de R\$ 22,5 bilhões em 2012, um crescimento de 20% na comparação anual, com a percepção de que o crescimento do varejo online no Brasil está cada vez mais diversificado geograficamente. Evidenciou-se também que as pequenas e

médias varejistas online apresentaram um desempenho superior ao próprio mercado e que, adicionalmente, o brasileiro compra cada vez mais bens de alto valor pela internet, como eletrodomésticos, móveis e etc.

Nesse cenário, o segmento de Logística Integrada apresentou um crescimento de 33% em 2012 em relação a 2011, com destaque para o segmento de Bens de Consumo e de *e-commerce*, que cresceram 51% e 134% respectivamente. Em fevereiro de 2012 foram adquiridos os negócios da LTD Transportes, empresa focada na entrega de encomendas acima de 30 quilos, e que contribuiu para dar mais um passo na estratégia do *e-commerce*. No mesmo período, a Direct Express pôs em execução um plano de expansão que preparou sua estrutura administrativa, comercial e operacional para suportar o crescimento dos próximos anos de forma orgânica e sustentável.

A Tegma se posiciona ao fim do ano de 2012 como uma operadora logística inserida em mercados dinâmicos e importantes para a economia nacional. Apesar das incertezas no ambiente macroeconômico, continuamos confiantes em relação aos fundamentos da econômica brasileira e nas oportunidades oriundas do aumento da terceirização de serviços logísticos e da demanda por soluções logísticas complexas. Para tanto, permaneceremos investindo no crescimento e na diversificação das nossas operações.

## DESEMPENHO OPERACIONAL E DIVISÕES DE NEGÓCIOS

A seguir, analisamos os resultados do 4T12 e do ano de 2012 por divisão de negócios:

### LOGÍSTICA AUTOMOTIVA

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Logística de Veículos	401.628	347.988	15,4%	1.419.966	1.231.640	15,3%
Logística de Autopeças	54.632	52.145	4,8%	209.709	202.389	3,6%
Leilão Automotivo	1.784	2.323	-23,2%	8.369	9.757	-14,2%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>458.044</b>	<b>402.456</b>	<b>13,8%</b>	<b>1.638.044</b>	<b>1.443.786</b>	<b>13,5%</b>
Receita Líquida Total	370.291	321.964	15,0%	1.322.583	1.158.477	14,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>45.119</b>	<b>48.888</b>	<b>-7,7%</b>	<b>174.261</b>	<b>171.464</b>	<b>1,6%</b>
Margem EBITDA Ajustado	12,2%	15,2%	-3,0 p.p.	13,2%	14,8%	-1,6 p.p.
Depreciação e Amortização	4.841	4.158	16,4%	18.071	14.066	28,5%
<b>Número de veículos transportados</b>	<b>357.280</b>	<b>356.120</b>	<b>0,3%</b>	<b>1.332.950</b>	<b>1.262.046</b>	<b>5,6%</b>
Nacional + Importado	332.987	309.393	7,6%	1.210.968	1.116.684	8,4%
Exportação	24.293	46.727	-48,0%	121.982	145.362	-16,1%
<b>Km média</b>	<b>1.061</b>	<b>946</b>	<b>12,2%</b>	<b>1.013</b>	<b>984</b>	<b>2,9%</b>
Nacional + Importado	1.127	1.071	5,2%	1.101	1.092	0,8%
Exportação	150	120	25,0%	133	154	-13,6%

### Receita Bruta

A receita bruta do setor automotivo foi de R\$ 458,0 milhões no 4T12, representando um aumento de 13,8% em relação ao 4T11.

No ano de 2012, a receita bruta atingiu R\$ 1,6 bilhão, crescimento de 13,5% em relação ao ano anterior.

**Logística de Veículos:** A receita bruta com logística de veículos cresceu 15,4% em relação ao 4T11, atingindo R\$ 401,6 milhões no 4T12 devido principalmente aos seguintes fatores: (i) crescimento de 7,6% no volume de veículos transportados, (ii) aumento da distância média e (iii) reajuste de preço realizado em maio de 2012.

Quando comparado com o ano de 2011, a receita bruta com logística de veículos apresentou crescimento de 15,3%, atingindo R\$ 1,4 bilhão, devido principalmente ao crescimento de 8,4% na quantidade de veículos transportados e ao reajuste de preços.

**Logística de Autopeças:** A receita bruta com logística de peças apresentou crescimento de 4,8% no 4T12 em comparação com o ano anterior, atingindo R\$ 54,6 milhões.

No ano de 2012, a receita atingiu R\$ 209,7 milhões, incremento de 3,6% na comparação anual. Esses valores refletem o crescimento dos nossos volumes, oriundo do aumento da gama de serviços prestados aos clientes atuais, bem como do início de novas operações.

**Leilão automotivo:** A receita bruta com operações de leilão automotivo atingiu R\$ 1,8 milhão no 4T12, queda de 23,2%.

No ano de 2012, a receita bruta apresentou queda de 14,2% em relação a 2011, atingindo R\$ 8,4 milhões.

### EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado do setor automotivo foi de R\$ 45,1 milhões no 4T12, representando uma queda de 7,7% em comparação com o 4T11. Em relação à receita líquida, o EBITDA atingiu uma margem de 12,2%, 3,0 p.p inferior ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2012, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 174,2 milhões, apresentando crescimento de 1,6% em relação ao ano de 2011. Em relação à receita líquida, a margem foi de 13,2%, queda de 1,6 p.p. na comparação anual.

### LOGÍSTICA INTEGRADA

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
<b>Bens de Consumo</b>	<b>131.136</b>	<b>109.452</b>	<b>19,8%</b>	<b>482.819</b>	<b>318.641</b>	<b>51,5%</b>
E-commerce	66.228	35.210	88,1%	211.408	90.181	134,4%
Eletrônicos	15.268	28.118	-45,7%	79.112	83.007	-4,7%
Telecomunicações	24.578	22.886	7,4%	92.302	72.100	28,0%
Armazenagem Alfandegada	17.753	16.754	6,0%	71.529	50.540	41,5%
Moda e Vestuário	1.965	2.624	-25,1%	10.190	8.154	25,0%
Outros	5.344	3.861	38,4%	18.278	14.659	24,7%
<b>Bens Industriais</b>	<b>24.778</b>	<b>30.352</b>	<b>-18,4%</b>	<b>105.163</b>	<b>123.690</b>	<b>-15,0%</b>
Químicos	24.778	24.426	1,4%	97.060	94.554	2,7%
Outros	-	5.926	-100,0%	8.103	29.136	-72,2%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>155.914</b>	<b>139.804</b>	<b>11,5%</b>	<b>587.982</b>	<b>442.331</b>	<b>32,9%</b>
Receita Líquida Total	126.017	116.310	8,3%	477.098	350.886	36,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>(4.308)</b>	<b>12.455</b>	<b>-134,6%</b>	<b>13.504</b>	<b>34.907</b>	<b>-61,3%</b>
Margem EBITDA Ajustado	-3,4%	10,7%	-14,1 p.p.	2,8%	9,9%	-7,1 p.p.
Depreciação e Amortização	6.583	2.168	203,6%	14.090	9.575	47,2%

### Bens de Consumo

O crescimento das operações de *e-commerce* e a incorporação dos resultados da LTD contribuíram para o incremento da receita bruta do segmento, a qual atingiu R\$ 131,1 milhões no trimestre e R\$ 482,8 milhões no ano de 2012, destacando-se:

(i) Crescimento de 88,1% do faturamento das operações de logística no segmento de *e-commerce* no 4T12. No ano de 2012, o mesmo segmento apresentou crescimento de 134,4% em comparação ao ano anterior;

(ii) Crescimento de 7,4% no segmento de Telecomunicações no 4T12. No ano de 2012, apresentou crescimento representativo de 28,0% ante 2011;

(iii) Queda de 25,1% no segmento de Moda e Vestuário no 4T12, devido à descontinuidade de algumas operações no segmento. No ano de 2012, a receita apresentou crescimento de 25,0% em relação ao ano anterior.

### Bens Industriais

O segmento de bens industriais apresentou queda de 18,4% no faturamento no 4T12, ocasionada principalmente pela descontinuidade de operações de logística de combustíveis, papel e celulose e suco de laranja. A receita bruta acumulada em 2012 apresentou queda de 15% na comparação anual.

### EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado do segmento de Logística Integrada foi negativo em R\$ 4,3 milhões no 4T12, representando uma queda de 134,6% em relação ao 4T11. A margem em relação à receita líquida foi de -3,4% no 4T12 contra uma margem de 10,7% no 4T11.

No ano de 2012, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 13,5 milhões, queda de 61,3% na comparação anual, e, em relação à receita líquida apresentou margem de 2,8%, ante 9,9% em 2011.

As margens do segmento seguem pressionadas no 4T12 decorrente de investimentos que a companhia vem efetuando no intuito ampliar sua presença no território nacional para suportar o crescimento das operações de e-commerce. Adicionalmente, o segmento de e-commerce remodelou sua estrutura administrativa durante o ano para incorporar as mudanças do segmento.

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

### RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada da Tegma no 4T12 atingiu R\$ 613,9 milhões, resultado 13,2% superior ao do 4T11.

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Logística Automotiva	458.044	402.456	13,8%	1.638.044	1.443.786	13,5%
Logística Integrada	155.914	139.804	11,5%	587.982	442.331	32,9%
<b>Receita Bruta</b>	<b>613.958</b>	<b>542.260</b>	<b>13,2%</b>	<b>2.226.026</b>	<b>1.886.117</b>	<b>18,0%</b>

Em 2012, a Companhia apresentou crescimento de 18,0% no faturamento atingindo R\$ 2,2 bilhões. Esse resultado deve-se principalmente ao crescimento das operações de Logística de Veículos e de Bens de Consumo, especialmente nos segmentos de *e-commerce* e de Telecomunicações.

### DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta aumentaram 13,1% no trimestre, atingindo R\$ 117,6 milhões. No ano de 2012, as deduções da receita bruta foram de R\$ 426,3 milhões, aumento de 13,2% em comparação com 2011.

### RECEITA LÍQUIDA

Em decorrência dos fatos mencionados acima, a receita líquida consolidada no 4T12 atingiu R\$ 496,3 milhões, resultado 13,2% maior que o apresentado no 4T11.

No ano de 2012 a receita atingiu R\$ 1,8 bilhão, crescimento de 19,2% na comparação anual.

### CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados no 4T12 foi de R\$ 440,2 milhões, aumento de 21,8% em relação ao 4T11. Este aumento foi decorrente principalmente de:

- (i) Aumento de 19,6% nos custos com pessoal, ocasionado pelo crescimento do quadro de colaboradores nas áreas operacionais bem como pelo o dissídio da categoria;
- (ii) Aumento de 17,8% nos custos com agregados decorrentes do aumento do faturamento das operações logísticas terceirizadas de veículos e de bens industriais.
- (iii) Crescimento de 56,6% de outros custos decorrentes principalmente da incorporação dos resultados da LTD, bem como pelo aumento da área de pátios e armazéns.

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Com pessoal	(64.671)	(54.054)	19,6%	(244.582)	(191.999)	27,4%
Com agregados	(320.991)	(272.438)	17,8%	(1.125.834)	(944.089)	19,3%
Outros	(54.534)	(34.829)	56,6%	(181.493)	(113.630)	59,7%
<b>Total</b>	<b>(440.196)</b>	<b>(361.322)</b>	<b>21,8%</b>	<b>(1.551.909)</b>	<b>(1.249.717)</b>	<b>24,2%</b>

O custo com serviços prestados de 2012 foi de R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 24,2% em relação a 2011. Os principais efeitos foram:

- (i) Aumento de 27,4% nos custos com pessoal;
- (ii) Aumento de 19,3% nos custos com agregados;
- (iii) Crescimento de 59,7% de outros custos.

## LUCRO BRUTO

No 4T12, o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 56,1 milhões, apresentando queda de 27,1% em relação ao 4T11. A margem bruta em relação à receita líquida foi de 11,3%, queda de 6,3 p.p. em relação ao ano anterior.

O Lucro Bruto em 2012 foi de R\$ 247,8 milhões, queda de 4,6% em relação ao ano anterior. A margem bruta no período foi de 13,8%, queda 3,4 p.p em comparação com 2011.

## DESPESAS OPERACIONAIS

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Gerais e administrativas	(26.791)	(20.639)	29,8%	(98.668)	(77.413)	27,5%
Honorários da administração	(1.471)	(1.807)	-18,6%	(6.664)	(6.029)	10,5%
Despesas Comerciais	(582)	(426)	36,6%	(2.113)	(1.500)	40,9%
Outras Receitas/ Despesas	10.583	34	31.026,5%	14.246	3.549	301,4%
<b>Total</b>	<b>(18.261)</b>	<b>(22.838)</b>	<b>-20,0%</b>	<b>(93.199)</b>	<b>(81.393)</b>	<b>14,5%</b>

As despesas operacionais totalizaram R\$ 18,3 milhões no 4T12, o que representou queda de 20,0% em relação ao 4T11. No ano de 2012, a linha registrou um aumento de 14,5% e relação a 2011, atingindo R\$ 93,2 milhões. No 4T12, a linha de Outras Receitas/Despesas registrou um valor positivo de R\$ 10,3 milhões, decorrente da baixa da primeira parcela do pagamento de R\$ 10.000 a ser feito aos antigos controladores da LTD.

## LUCRO OPERACIONAL

O lucro operacional antes do resultado financeiro foi de R\$ 37,8 milhões no 4T12, queda de 30,1% em relação ao 4T11.

Em 2012, o lucro operacional atingiu R\$ 154,6 milhões, representando na comparação ano a ano uma queda de 13,3%.

## DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Receitas Financeiras	5.613	13.268	-57,7%	80.851	57.882	39,7%
Despesas Financeiras	(11.612)	(26.035)	-55,4%	(113.947)	(88.870)	28,2%
<b>Total</b>	<b>(5.999)</b>	<b>(12.767)</b>	<b>-53,0%</b>	<b>(33.096)</b>	<b>(30.988)</b>	<b>6,8%</b>

O resultado financeiro líquido no 4T12 foi uma despesa no valor de R\$ 6,0 milhões, ante uma despesa de R\$ 12,7 milhões no 4T11. A redução da despesa financeira líquida deveu-se principalmente à redução das taxas de juros no período e pelo fato da Companhia ter efetuado um ajuste de R\$ 4,2 milhões no 4T12 referente à marcação a mercado de sua dívida.

## IMPOSTO DE RENDA

Abaixo demonstramos a conciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social devidos no período:

(Em R\$ Mil exceto percentagens)

	4T12	4T11	Var (%)	2012	2011	Var (%)
Lucro antes dos impostos	31.852	41.347	-23,0%	121.477	147.265	-17,5%
Outras Adições/(Exclusões)	11.886	(7.703)	-254,3%	(886)	(5.515)	-83,9%
Base tributável ajustada	43.738	33.644	30,0%	120.591	141.749	-14,9%
IRPJ e CSSL	14.871	11.439	30,0%	41.001	48.195	-14,9%
Taxa efetiva	34%	34%	-	34%	34%	-

## **LUCRO LÍQUIDO**

Como consequência dos resultados acima expostos, o Lucro Líquido da Tegma foi de R\$ 17,4 milhões no 4T12, uma queda de 40,2% em relação ao 4T11.

Em 2012, o Lucro Líquido foi de R\$ 83,4 milhões, queda de 14,4% na comparação com 2011.

## **INVESTIMENTOS**

Os investimentos no 4T12 totalizaram R\$ 8,8 milhões, referentes, principalmente, à aquisição de veículos/equipamentos para as operações nas divisões automotivas e de bens de consumo, além de obras de benfeitorias em pátios e armazéns.

No ano de 2012, os investimentos totalizaram R\$ 47,9 milhões.

## **DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO**

A Companhia possui disponibilidades (caixa e equivalentes e aplicações financeiras) no valor de R\$ 75,5 milhões.

O Endividamento Bruto da Companhia em 30.12.2012 era de R\$ 302,4 milhões, composto de operações bancárias em moeda estrangeira (USD - Operação 4.131) e com o BNDES (FINAME). A empresa utiliza instrumento financeiro derivativo com o intuito de proteção contra a variação cambial dos empréstimos adquiridos.

Em 30.12.2012, a Companhia tinha um endividamento líquido de R\$ 226,9 milhões.

## **Comentários – Exercício de 2011**

O ano de 2011 foi repleto de conquistas para a Tegma, e entre elas destacamos a nossa consolidação como um dos maiores operadores logísticos do país no segmento de bens de consumo.

Esse mercado é composto por bens de alto valor agregado, tais como produtos eletrônicos, equipamentos de telecomunicações e artigos de moda e vestuário de alto padrão, os quais demandam soluções logísticas complexas envolvendo todos os elos da cadeia logística: transferência, armazenagem, gestão de estoque, distribuição e logística reversa.

O desenvolvimento de um projeto de logística integrada exige um nível elevado de relacionamento com o cliente e conhecimento das suas operações. Visando tais necessidades, durante o ano de 2011 aumentamos a nossa estrutura operacional e comercial a fim de suportar o forte crescimento desse segmento e manter o elevado padrão de qualidade característico dos nossos serviços. Investimos também em tecnologia de informação com o intuito de aumentar a nossa eficiência operacional e oferecer aos nossos clientes ferramentas que permitem um elevado nível de acompanhamento do fluxo logístico.

Além disso, aumentamos consideravelmente a nossa área disponível para armazenagem no segmento de bens de consumo, atingindo 125.000 m<sup>2</sup>. Vislumbramos o armazém como um dos componentes mais importantes da cadeia logística, a partir do qual podemos oferecer uma série de serviços, tais como gestão de estoque, montagem de kits e distribuição.

Em março de 2011, adquirimos a participação de 80% na Direct Express S.A, empresa especializada em logística fracionada e um dos principais provedores logísticos do país em operações de comércio eletrônico. A aquisição dessa participação permitiu à Tegma atuar em um novo segmento, além de grandes possibilidades de sinergias comerciais, como por exemplo, a oferta de novos serviços para os clientes atuais. Mais recentemente, em fevereiro de 2012, adquirimos 100% do negócio operado pela LTD, empresa especializada na distribuição para o consumidor final de produtos com peso ou volume elevados e que tem forte atuação no segmento de e-commerce.

Considerando o efeito do crescimento das operações nos clientes atuais, a conquista de novos contratos e a aquisição da Direct, a receita bruta do segmento de bens de consumo em 2011 foi de R\$ 318,7 milhões, representando um

crescimento de 374,8% em relação ao ano anterior. Este segmento foi responsável por 16,9% do faturamento total da Companhia no período, um aumento significativo em relação ao valor de 4,6% apresentando em 2010.

Em relação ao segmento de logística de veículos, que representou 65% do faturamento da Companhia em 2011, continuamos nos beneficiando de um mercado em franca expansão. As vendas de veículos no Brasil atingiram o volume histórico de 3.425.674 unidades, considerando automóveis e comerciais leves. Esse crescimento está diretamente relacionado ao sólido cenário macroeconômico do país, resultando em crescimento tanto da renda quanto da oferta de crédito, bem como com o elevado nível de confiança do consumidor. Continuamos otimistas a respeito das perspectivas do setor para 2012 e para os próximos anos com base na manutenção de um cenário econômico benigno e também na baixa proporção de veículos por habitante e pela elevada idade média da frota de veículos no país. As montadoras, por sua vez, já anunciaram mais de US\$ 30 bilhões em investimentos até 2015, incluindo a construção de oito novas plantas de veículos, tendo como objetivo atender um mercado interno estimado em 5 milhões de veículos nos próximos anos.

No segmento de autopeças, atingimos em 2011 um faturamento de R\$ 202,4 milhões, o que representa crescimento de 30,1% em relação ao ano anterior. O nosso crescimento acima da média do mercado nesse segmento deve-se à nossa capacidade de desenvolver, planejar e executar soluções logísticas customizadas aos nossos clientes, bem como à nossa eficiência operacional. Estes fatores, aliados à ampliação do nosso portfólio de serviços, foram fundamentais para a obtenção de novos contratos e também para o aumento da participação nos clientes atuais.

Em 2012 continuaremos com a nossa estratégia de crescimento e diversificação dos nossos negócios, com foco em segmentos que demandam soluções logísticas complexas e que apresentam elevado potencial de crescimento. Acreditamos que os bons fundamentos da economia brasileira e o aumento da demanda por serviços logísticos terceirizados trarão muitas oportunidades, e que nossa vasta experiência como operador logístico, nosso modelo operacional flexível e nossa sólida posição financeira nos credenciam a capturá-las.

#### **Comentários – Exercício de 2010**

O ano de 2010 foi repleto de conquistas para a Tegma, e o resultado apresentado no período refletiu o foco da Companhia na busca de crescimento associado à rentabilidade.

Acreditamos que o cenário macroeconômico favorável, com a conseqüente melhora nos indicadores de crédito, renda e confiança do consumidor, contribuiu para o aumento da demanda do consumidor por bens e serviços, com impacto direto na demanda por serviços logísticos.

No segmento automotivo em particular, as vendas de veículos atingiram num patamar bastante elevado, fazendo de 2010 o melhor ano da história do setor. Segundo a ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), as vendas no atacado de automóveis e comerciais leves totalizaram 3.370.273 veículos no período, o que representou um crescimento de 9,8% em relação ao ano passado.

Outro indicador positivo do período é o nível de inadimplência dos financiamentos de veículos que se encontra em patamares bastante baixos. Dado que a maior parte das vendas de veículos é realizada a prazo, o acompanhamento dos indicadores de crédito é fundamental para o entendimento do setor. Em 2010, a carteira de crédito para financiamento de veículos apresentou um crescimento de 19,9%, sendo que a inadimplência (caracterizada por atrasos acima de 90 dias) no mês de dezembro foi de 2,6%, o menor nível da série histórica desde 2005.

Observamos também o forte crescimento das exportações de veículos leves no período. Apesar da apreciação do Real, a recuperação da economia nos principais mercados compradores (como Argentina e México) e a fraca base de comparação foram os principais fatores para o crescimento de 34,3% nas exportações de veículos em 2010, que totalizaram 472.178 unidades.

Esse cenário positivo contribuiu para a expansão dos nossos negócios no segmento automobilístico. Transportamos o volume recorde de 1.237.228 veículos, o que representa um crescimento de 13,2% em relação ao ano anterior. Ainda no segmento de logística de veículos 0 km, conquistamos novos contratos com Kia e Volvo, consolidando nossa liderança no mercado. Também apresentamos crescimento expressivo nos segmentos de logística de peças e de serviços logísticos como gestão de pátios e PDI – *pre delivery inspection*.

No segmento de logística integrada, que contempla indústrias não relacionadas ao segmento automobilístico, apresentamos um incremento significativo da nossa rentabilidade. Esse resultado foi ocasionado por uma série de ações que tiveram como objetivo a maior eficiência operacional.

Em 2010, aumentamos em 55% a nossa área de armazenagem coberta, que já ultrapassa 80.000 m<sup>2</sup>. Essa estrutura nos permitiu oferecer, além da armazenagem, uma série de serviços correlatos como gestão de estoque, montagem de *kits*, transporte e logística reversa, contribuindo para o crescimento significativo de alguns segmentos, como o de produtos eletrônicos e de artigos de moda e vestuário.

Visando as oportunidades de crescimento da demanda por serviços logísticos oriundas do crescimento da economia, do aumento do nível de terceirização e da profissionalização do setor, realizamos durante o ano de 2010 algumas mudanças na nossa estrutura organizacional, com o objetivo de proporcionar maior rapidez no processo decisório e capturar as oportunidades de crescimento existentes tanto nos clientes atuais quanto em novos clientes e segmentos. Já estamos colhendo os resultados dessas mudanças e temos certeza que as mesmas serão fundamentais para suportar a estratégia de crescimento para os próximos anos.

Esperamos que 2011 seja um ano de muitos desafios e de muitas oportunidades. Continuamos confiantes nos fundamentos da economia do país e na crescente demanda pela terceirização dos serviços logísticos. A nossa experiência no desenvolvimento de soluções logísticas de alta complexidade para diversos setores da economia e o reconhecimento do mercado em relação à qualidade dos nossos serviços nos credenciam a capturar essas oportunidades, ao mesmo tempo em que manteremos a nossa estratégia de crescimento com rentabilidade e retorno para os acionistas.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

**i. hipóteses de resgate**

Não é aplicável à Companhia.

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não é aplicável à Companhia.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

A Companhia possui sólidos indicadores que atestam a sua capacidade de pagamento de dívidas e despesas financeiras. A dívida líquida da companhia em 31.12.2012 representava 1,2 vezes o EBITDA Ajustado do exercício social findo em 2012.

Em 28 de junho de 2011 a Moody's divulgou relatório comunicando a atribuição à Companhia de *rating* corporativo Aa3.br na escala nacional brasileira e Ba2 em moeda local na escala global, com perspectiva estável

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia financia as suas necessidades de capital de giro principalmente através do caixa gerado pelas suas próprias operações e através de financiamentos bancários.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Dado o baixo nível de endividamento da Companhia e o seu modelo de negócios caracterizado por uma baixa necessidade de investimentos, a Companhia não tem expectativa de deficiência em liquidez.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes**

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle acionário.**

<b>Empréstimos e Financiamentos - R\$ mil</b>			
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Finame	15.547	34.770	51.316
Operação 4.131 - US\$	276.822	226.035	-
Outros	10.024	2.255	273
<b>Total</b>	<b>302.392</b>	<b>263.060</b>	<b>51.589</b>

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos cujo saldo em 31.12.2012 era de R\$ 302,4 milhões.

O endividamento da Companhia era composto em 31.12.2012 por operações de FINAME junto ao BNDES e de operações em moeda estrangeira (modalidade 4.131 em US\$). Esses recursos são utilizados principalmente para novos investimentos e para capital de giro.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros (swap cambial) como proteção contra a variação cambial dos empréstimos em US\$.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, os seguintes:

- Ter as demonstrações financeiras auditadas em cada encerramento do exercício;
- Não ter dívidas em atraso com as mesmas instituições financeiras credoras;
- Algumas restrições para incorporações de empresas e planejamentos societários;
- Limites de índices de endividamento financeiro.

Caso as exigências contratuais não sejam cumpridas a Companhia deverá apresentar garantias adicionais ou efetuar o pagamento em curto prazo dos empréstimos obtidos nesta modalidade. A Companhia vem atendendo a estas cláusulas restritivas.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não aplicável à Companhia.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não aplicável à Companhia.

**10.2. Os diretores devem comentar:**

**a) resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Aproximadamente 64% da receita bruta da Companhia são provenientes da logística de veículos zero quilômetro para a indústria automotiva e consiste de operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque para as montadoras.

Em 2012, continuamos a aumentar substancialmente a nossa receita de serviços logísticos para o segmento de bens de consumo, o qual consiste de mercadorias de alto valor agregado tais como celulares, equipamentos

eletrônicos, moda e vestuário e logística para operações de e-commerce. A receita bruta oriunda de operações neste segmento foi de R\$ 587,9 milhões, crescimento de 32,9%, em relação a 2011.

## **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

O aquecimento das vendas de veículos no Brasil fez com que a Tegma apresentasse crescimento de 15,3% na receita bruta com logística de veículos em relação ao ano anterior. Em 2012, a Companhia transportou 1,3 milhões de automóveis e comerciais leves, um crescimento de 5,6% em relação ao ano anterior, com crescimento de 2,9% na quilometragem média.

No segmento de bens de consumo, tivemos um forte crescimento da receita oriundo da aquisição de novos contratos tanto em clientes existentes quanto em novos clientes, bem como da aquisição dos negócios da LTD Transportes LTDA.

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Em 2012 observamos um crescimento de 5,6% no volume de veículos transportados e um crescimento de 2,9% na quilometragem média. Dado que aproximadamente 64% da receita bruta da Companhia foram provenientes do setor automobilístico e que a quantidade de veículos transportados é um importante *driver* de receita, acreditamos que o segundo teve maior peso e contribuiu para o crescimento da receita da Companhia.

Além disso, apresentamos crescimento de 3,6% na nossa operação de logística de autopeças devido à maior oferta de serviços junto aos clientes atuais e à obtenção de novos contratos.

No segmento de bens de consumo, tivemos crescimento de 51,5% da receita no período. Esse aumento deve-se ao aumento de volume nas nossas operações, ao aumento da prestação de serviços de logística fracionada e à incorporação dos resultados dos negócios da LTD Transportes, empresa que adquirimos no mês de fevereiro de 2012.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Nossos principais contratos são reajustados anualmente com base em planilha de custos que inclui a variação do preço dos principais insumos da companhia (como por exemplo, combustível, pessoal, manutenção, entre outros).

Apesar de a empresa possuir dívidas em moeda estrangeira, o resultado financeiro da Companhia e o endividamento não são materialmente afetados pela taxa de câmbio devido à política de hedge cambial adotado pela Companhia. Esta política de swap faz com que o endividamento da Companhia seja relacionado diretamente ao CDI.

## **10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações do emissor e em seus resultados:**

### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Em 2012 passamos a atuar no segmento de logística fracionada para bens de grande volume, constituído de operações de transporte *business to consumer*. Com a aquisição dos negócios da LTD Transportes, nos tornamos um dos principais operadores logísticos do país no segmento de comércio eletrônico, tanto para o segmento de pacotes como para o segmento de cargas.

Essas novas operações em conjunto com a receita originada pelos contratos existentes no segmento de bens de consumo foram responsáveis por 21,7% do faturamento da Companhia em 2012.

### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Em fevereiro de 2012 os negócios da LTD Transportes LTDA, empresa especializada em distribuição fracionada para o segmento *business to consumer* e com forte atuação no segmento de comércio eletrônico para bens de alto volume/pesagem.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável à Companhia.

**10.4. Os diretores devem comentar:**

**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Não existiram mudanças nas práticas contábeis em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e conseqüentemente, não ocorreram efeitos provenientes de alterações das práticas contábeis nas demonstrações financeiras.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de ativos e passivos financeiros (quando aplicável) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 da Demonstração Financeira.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Tegma Gestão Logística S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

#### Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas as seguintes políticas contábeis são aplicadas:

##### i) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia e suas Controladas controlam outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. As controladas em conjunto são consolidadas de forma proporcional.

##### ii) Combinação de negócios

A Companhia e suas Controladas usam o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia e suas Controladas. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas Controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

##### ii) Combinação de negócios--Continuação

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação da Companhia e suas Controladas, de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia e suas Controladas atribuem valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da controladora e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas Controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

### iii) Transações e participações não controladoras

A Companhia e suas Controladas tratam as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia e suas Controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

### iii) Transações e participações não controladoras--Continuação

Quando a Companhia e suas Controladas param de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma "joint venture" ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia e suas Controladas tivessem alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

### Apresentação de relatórios por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas Controladas.

### Conversão em moeda estrangeira

#### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas Controladas.

#### b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### c) Empresas Controladas da Companhia com moeda funcional diferente

As demonstrações financeiras da Tegma Venezuela, única entidade da Companhia, cuja moeda funcional (Bolívar) é diferente da moeda de apresentação, são convertidas na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido.

## Instrumentos financeiros

### Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia e suas Controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros da Companhia e suas Controladas compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

#### b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos, bem como uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Impairment de ativos financeiros

##### Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos

ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas Controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" incluem:

- a) Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- b) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- c) A Companhia e suas Controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- d) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

Impairment de ativos financeiros--Continuação

Ativos mensurados pelo custo amortizado--Continuação

f) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- (i) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- (ii) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por "impairment" reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado consolidado.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente há até um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as provisões para créditos de liquidação duvidosa quando requerida (Nota 8).

Passivos financeiros

## Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas-garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

## Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

### Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### Fornecedores e fretes a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado ou pelo seu valor justo, conforme caso. Qualquer

diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### Instrumentos financeiros derivativos

##### Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

##### Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A Companhia tem swap de taxa de juros para proteção contra a exposição a mudanças no valor justo do seu empréstimo garantido, vide Nota 14.b para maiores detalhes.

##### Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável puder ser feita.

#### Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente por meio de uma venda e quando a efetivação dessa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos-futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso,

sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

#### Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada em cinco anos.

#### Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

#### Licenças de software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

#### Imobilizado

Todos os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos-futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Computadores e periféricos	5
Instalações	10
Veículos	3 e 5
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, em cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10 das Demonstrações Financeiras).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

#### Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de "impairment". Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido "impairment", são revisados para a análise de uma possível reversão do "impairment" no encerramento do período.

#### Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e de suas Controladas liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demandas judiciais/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- O valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes); ou
- O valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita (CPC 30 - Receitas).

## Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia e de suas Controladas atuam e geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e de suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável ou o prejuízo fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas Controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos tributos competentes, em geral quando relacionado com a mesma

entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado e não pelo líquido.

A despesa com tributo sobre o lucro e contribuição social é reconhecida em cada período intermediário com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual esperada para o exercício social completo. Montantes contabilizados de despesa de tributo sobre o lucro e contribuição social de um período intermediário são ajustados em períodos subsequentes daquele exercício social se as estimativas da alíquota anual de tributo mudarem.

#### Benefícios a empregados

##### Participação nos lucros

A Companhia e suas empresas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes, assim como quaisquer benefícios pós-emprego da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, cuja obrigação encontra-se reconhecida na rubrica "Salários e encargos sociais a pagar" (Nota 16).

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

##### Remuneração com base em opções de compra de ações

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais. Os detalhes do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e do Primeiro Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações estão divulgados na Nota 20.f.

#### Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

#### Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A receita é reconhecida quando: (a) O valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) É provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a entidade; e (c) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades das empresas, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

##### Vendas de serviços

A Companhia e suas Controladas vendem serviços logísticos integrados que atuam no transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como: automotivo, produtos químicos, combustíveis, agronegócio, papel e celulose, telecomunicações, eletroeletrônicos e informática.

A receita de prestação de serviços de transporte (veículos e peças), bem como a receita de serviços logísticos (armazenagem e gestão de estoque) é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

#### Receita financeira

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa efetiva de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia e suas Controladas arrendam certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos em longo prazo. Os juros das despesas financeiras são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

A companhia não possui contratos de arrendamento e leasing em 31 de dezembro de 2012.

#### Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente, quando aplicável.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis, quando aplicáveis.

## Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o primeiro trimestre de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) Eliminação da abordagem de corredor; (ii) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram; (iii) Reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado; e (iv) Substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado por meio da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Administração está avaliando o impacto total dessas alterações na Companhia e suas Controladas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010, e substitui os trechos do International Accounting Standard (IAS) 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia e suas Controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Companhia e suas Controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto" emitido em maio de 2011. A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) Operações em conjunto - Que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e, como consequência, contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) Controle compartilhado - Ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades" trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia e suas Controladas estão avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia e suas Controladas ainda estão avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas Controladas.

**10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

### **Política de gestão de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas Controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e suas Controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições ao risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia e suas Controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia e suas Controladas identificam, avalia e define estratégia de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e suas Controladas. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A". A área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A Nota 6 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

### **Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e agregada pelo departamento de finanças, o qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas Controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém linhas de crédito disponíveis (Nota 14) a qualquer momento, a fim de que a Companhia e suas Controladas não deixem de cumprir os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e de suas Controladas, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa é geralmente investido em fundos de renda fixa de curto prazo com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

### **Risco com taxa de juros**

A Companhia e suas Controladas não têm ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor

justo associado à taxa de juros. Durante 2012 e 2011, os empréstimos da Companhia e de suas Controladas referiam-se a empréstimos mantidos em Reais e em Dólar norte-americano com taxa de juros fixa.

A Companhia também efetua operações de "swap" de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger-se do risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados à taxa fixa.

### **Risco com taxa de câmbio**

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moeda diferente de sua moeda funcional. Para a redução dessa exposição, foi implantada uma política para proteger o risco cambial.

As operações em moeda estrangeira estão representadas por operações de mútuo ativo ou passivo com partes relacionadas (Nota 28), e por empréstimos indexados a variação do dólar norte-americano. Para proteção de risco cambial sobre estes empréstimos foram contratadas operações de swap.

### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

A Companhia e suas Controladas não têm ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas Controladas decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2012 e 2011, os empréstimos da Companhia e suas Controladas referiam-se a empréstimos mantidos em Reais e em Dólar norte-americano com taxa de juros fixa.

### **10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável à Companhia.

### **10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):**

#### **i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável à Companhia;

#### **ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável à Companhia;

#### **iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável à Companhia;

#### **iv. contratos de construção não terminada**

Não aplicável à Companhia;

#### **v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável à Companhia;

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável à Companhia;

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável à Companhia;

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável à Companhia;

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável à Companhia;

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;**

Os investimentos previstos pela Companhia referem-se principalmente à aquisição de equipamentos (cavalos e carretas) para operações de transporte, bem como à construção e ampliação de pátios e compra de terrenos. Adicionalmente, a Companhia faz investimentos na modernização de suas atividades voltadas ao e-commerce, com a automatização e a incorporação de frota.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos;**

Além do caixa gerado pelas operações, utilizamos e/ou podemos utilizar como fontes de financiamento recursos provenientes do BNDES, linhas de empréstimos bancários e empréstimos em modalidade 4.131.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia está em processo de descontinuação de operações relacionadas ao transporte de combustíveis, carvão, entre outros, o que acarreta na alienação de ativos inerentes a essas operações.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

Não aplicável à Companhia.

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

Não aplicável à Companhia.

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável à Companhia.

**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável à Companhia.

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável à Companhia.

**iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável à Companhia.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não aplicável à Companhia.



**TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.**

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado  
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18  
 NIRE 35.300.340.931

**ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009**

Em atendimentos ao disposto no artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, apresentamos abaixo a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2012.

**Destinação do lucro líquido**

Informações em milhares de Reais, exceto os valores por ação

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

Lucro Líquido atribuível aos acionistas da Companhia em 2012: R\$ 80.476 mil

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**3.**

	R\$ (mil)	R\$ / ação <sup>1</sup>
Dividendos antecipados	R\$ 18.000	R\$ 0,2727186160
Juros sobre capital próprio declarados	R\$ 16.000	R\$ 0,2424135358
Dividendos propostos	R\$ 30.000	R\$ 0,4545253797
Juros sobre capital próprio propostos	-	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 64.000</b>	<b>R\$ 0,9696575315</b>

<sup>1</sup> Exclui ações em tesouraria

**4. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

Dividendos e JCP pagos R\$ (mil)	R\$ 34.000
----------------------------------	------------

Dividendos e JCP propostos R\$ (mil)	R\$ 30.000
Lucro Líquido R\$ (mil)	R\$ 80.476
<b>Percentual do lucro líquido do exercício distribuído</b>	<b>79,53%</b>

**5. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não há dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

**6. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

A administração proporá à Assembléia Geral Ordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.000 mil, correspondente a R\$ 0,4545253797 por ação, considerando a quantidade de ações em tesouraria existente em 31.12.2012.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Propor-se-á à Assembléia Geral Ordinária, caso seja aprovada a proposta de distribuição de dividendos, que o pagamento seja efetuado em 10.05.2013, com base na posição acionária de 30.04.2013, sendo as ações negociadas "ex" a partir de 01.05.2013.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Vide resposta ao item "b".

**7. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

R\$ 34.000 mil, considerando o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

30.08.2012 – R\$ 17.000 mil  
23.11.2012 – R\$ 17.000 mil

**8. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2010	2011	2012

Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	R\$112.293	R\$ 97.379	R\$ 80.476
--------------------------------------	------------	------------	------------

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2010	2011	2012 <sup>2</sup>
Lucro líquido (por ação)	R\$ 1,7013	R\$ 1,4768	R\$ 1,2193
Dividendos (por ação)	R\$ 0,9478	R\$ 1,0009	R\$ 0,9697

<sup>2</sup> Considera o valor do dividendo proposto que será submetido à aprovação da AGO.

**9. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 4.169

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

**10. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável à Companhia.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável à Companhia.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável à Companhia.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável à Companhia.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável à Companhia.

**11. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

De acordo com o artigo 38 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Sim

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há retenção de dividendos.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável à Companhia.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

A Companhia apresenta uma situação financeira com níveis de alavancagem de 1,2x em termos de Dívida Líquida / EBITDA em 2012, um padrão compatível com a situação de crescimento da Companhia. Em termos de liquidez corrente, a Tegma apresenta um indicador de 1,3x, abaixo do nível normal, principalmente decorrente das operações de e-commerce que demandam uma carteira de contas a receber maior que o usual.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável à Companhia.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável à Companhia.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável à Companhia.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável à Companhia.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável à Companhia.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável à Companhia.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não aplicável à Companhia.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável à Companhia.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

O montante da retenção de lucros relativa ao Exercício Social encerrado em 31.12.2012 foi de R\$ 16.476 mil

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

**Orçamento de Capital Proposto pela Administração**

Em atendimento à Instrução Normativa 480/09 publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta o orçamento de capital previsto para o Exercício Social de 2013.

Alterações no cenário macro econômico, condições de mercado e fatores operacionais, entre outros, envolvem riscos e incertezas e podem alterar materialmente os valores previstos neste orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos neste orçamento, a Administração propõe a retenção de 20,47% do lucro líquido do exercício de 2012, no valor de R\$ 16.476 mil.

<b>Orçamento de Capital</b>	<b>2013</b>
Benfeitorias	10.000
Máquinas e equipamentos	5.000
Tecnologia e Informática	12.000
Outros Investimentos	8.000
<b>TOTAL</b>	<b>35.000</b>

Os recursos adicionais para a realização dos investimentos serão financiados pela geração operacional de caixa e pela captação de empréstimos bancários.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável à Companhia.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável à Companhia.



## TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado  
 CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18  
 NIRE 35.300.340.931

A Administração da Tegma Gestão Logística S.A. ("TEGMA" ou "Companhia") coloca à disposição dos acionistas da Companhia as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, em conformidade com o Art. 10, da ICVM nº 481/2009, relativo à reeleição dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para um novo mandato, que será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2013.

### 12.6. Informações sobre os Membros do Conselho de Administração e Membros do Conselho Fiscal

#### Conselho de Administração

**As acionistas controladoras Transportadora Sinimbu S.A. e Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. submetem as seguintes indicações para os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes:**

Nome	Idade	Posição	CPF	Data da Última Eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Eleito pelo Controlador
Fernando Luiz Schettino Moreira	66	Presidente do Conselho de Administração	501.618.308-20	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Evandro Luiz Coser	57	Vice-Presidente do Conselho de Administração	416.958.287-04	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Mário Sérgio Moreira Franco	53	Conselheiro	045.762.378-02	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Orlando Machado Junior	55	Conselheiro	884.617.698-72	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Paulo Ernesto do Valle Baptista	65	Conselheiro Suplente	112.848.386-68	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem	51	Conselheiro Suplente	673.646.167-72	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Ramón Pérez Arias Filho	47	Conselheiro Suplente	073.908.328-78	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim
Francisco Creso Junqueira Franco Junior	54	Conselheiro Suplente	469.000.477-34	04/04/2011	04/04/2011	AGO 2013	Sim

**Observação:** As profissões de nossos conselheiros, bem como outros cargos ou funções que eventualmente exerçam na Companhia, estão descritas em seus currículos no item 12.8 "a" abaixo.

### **Conselho Fiscal**

**As acionistas controladoras Transportadora Sinimbu S.A. e Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. submetem as seguintes indicações para conselheiros fiscais efetivos e suplentes:**

Nome	Idade	Posição	CPF	Data da Última Eleição	Data da Posse	Prazo do mandato	Eleito pelo Controlador
Mauro Stacchini Jr.	55	Membro Efetivo	034.993.118-60	10/04/2012	10/04/2012	AGO 2013	Sim
Luiz Alexandre Tumolo	43	Membro Suplente	091.234.368-08	10/04/2012	10/04/2012	AGO 2013	Sim
Rubens Barletta	66	Membro Efetivo	397.909.328-04	10/04/2012	10/04/2012	AGO 2013	Sim
José Nicolau Luiz	38	Membro Suplente	135.400.648-85	10/04/2012	10/04/2012	AGO 2013	Sim

**Observação:** As profissões dos membros do Conselho Fiscal estão descritas em seus currículos no item 12.8 "a" abaixo.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutárias**

Não se aplica à Companhia haja vista que esta não possui comitês instalados.

### **12.8. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**

#### **a. currículo:**

#### **Conselho de Administração**

**Fernando Luiz Schettino Moreira**, brasileiro, 66 anos, empresário. O Sr. Fernando Luiz Schettino Moreira é membro titular e Presidente do Conselho de Administração desde 26/03/2007. O Sr. Fernando Luiz Schettino Moreira atuou como gerente comercial/operacional da Transportadora Sinimbu Ltda., de junho/1971 a agosto/1991, tendo se tornado sócio da referida empresa Transportadora Sinimbu Ltda. em 10/9/1991. Foi Diretor-Presidente da empresa Axis Sinimbu Logística Automotiva Ltda., de 05/02/1998 a 05/02/2001. Em 05/02/2001, foi nomeado Presidente do Conselho de Quotistas da Axis Sinimbu Logística Automotiva Ltda., cuja razão social foi alterada para Tegma Gestão Logística Ltda., em 12/04/2002, exercendo essa função até 26/03/2007. Em julho de 2008 fundou a empresa Mandarin Locação de Veículos Ltda. ("Madarim"). Atua como administrador das empresas: Autman Locação de Veículos Ltda., Movida Locação de Veículos Ltda., Mandarin, Itavema Itália Veículos e Máquinas Ltda. e Sinimpart Participações Financeiras Ltda. É formado em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior Senador Flaquer.

O Sr. Fernando Luiz Schettino Moreira nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Evandro Luiz Coser**, nascido em 29 de agosto de 1955, em Vitória, Espírito Santo, o Sr. Evandro Luiz Coser é membro titular e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Tegma desde março de 2007. O Sr. Evandro é acionista e ocupou o cargo de Diretor Presidente da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. ("Coimexpar"), holding do Grupo Coimex, de maio de 2004 a janeiro de 2011. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. É formado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES.

O Sr. Evandro Luiz Coser nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Mário Sérgio Moreira Franco**, brasileiro, 53 anos, empresário. O Sr. Mário Sérgio Moreira Franco é membro titular do Conselho de Administração desde 26/03/2007. Em janeiro de 1981 iniciou sua vida profissional trabalhando na Transportadora Sinimbu, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Em julho de 1984 fundou a Sinimplast, empresa que atua no ramo de embalagens plásticas com sede em Diadema, São Paulo. Em 1990 adquiriu a concessionária de veículos automotores da marca Fiat "Itavema", dando início à sua atuação no ramo. Como presidente do Grupo Itavema, o Sr. Mario Sergio Moreira Franco foi nomeado concessionário de veículos automotores das marcas Ford, GM, Volkswagen, Peugeot, Renault, Nissan, Toyota, Mercedes, Mitsubishi, Volvo, Land Rover, Chrysler, Jeep, Alfa Romeo, Yamaha, Suzuki. Em 2006 ele fundou a Dafra da Amazônia Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda., com objeto social de exploração de comercialização de veículos automotores de duas rodas.

O Sr. Mário Sérgio nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Orlando Machado Junior**, nascido em 4 de maio de 1957, em Santos, São Paulo, o Sr. Orlando Machado Junior é membro titular do Conselho de Administração da Tegma desde março de 2007. O Sr. Orlando ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. ("Coimexpar"), holding do Grupo Coimex, de maio de 2004 a janeiro de 2011. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda. É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos.

O Sr. Orlando Machado Júnior nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Paulo Ernesto do Valle Baptista**, brasileiro, 65 anos, é membro suplente do Conselho de Administração desde 26/03/2007. O Sr. Paulo Ernesto do Valle Baptista atuou como Diretor Administrativo e Financeiro da Transportadora Sinimbu no período de 1973 a 1983; Sócio diretor da Minas Alimento em Belo Horizonte de 1983 a 2001 e atua desde Outubro de 2001 no Grupo Itavema como Diretor Financeiro. É formado em Administração de Empresas pela Fumec- Fundação Universitária Mineira de Educação e Cultura e Curso de pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

O Sr. Paulo Ernesto do Valle Baptista nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem**, brasileira, nascida em 01 de dezembro de 1961, empresária, desde 16 de abril de 1991 ocupa o cargo de Diretora da Cia Importadora e Exportadora Coimex, sociedade por ações, com sede na Avenida Paulista, nº. 925, 4º Andar, Escritório 41, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.163.699/0001-20 e NIRE sob o nº. 35.300.387.848. A principal atividade da Cia Importadora e Exportadora Coimex é a importação e exportação de Commodities.

A Sra. Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Ramón Pérez Arias Filho**, brasileiro, 47 anos, administrador de empresas, ocupou o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da VBC Energia S.A. de novembro de 2000 à Julho de 2006, e desde 02/01/2007 ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Desenvolvimento de Novos Negócios da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 675, 6º andar, sala 603, Enseada do Suá, Vitória/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.927.697/0001-39 e NIRE sob o nº. 32.200.919.012. A principal atividade da Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., é a participação em outras sociedades empresárias, brasileiras ou estrangeiras, como acionista, sócia ou consorciada e a prestação de serviços de intermediação e consultoria de negócios.

O Sr. Ramón Pérez Arias Filho nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

**Francisco Creso Junqueira Franco Junior**, brasileiro, 54 anos, é membro suplente do Conselho de Administração desde 26/03/2007. O Sr. Francisco Creso Junqueira Franco Junior atua como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 2006 assumiu a administração da empresa Dafra

da Amazônia. É formado em Física pela PUC-Rio, tendo obtido seu Ph. D. pela Universidade de Reading, Inglaterra.

O Sr. Francisco Creso Junqueira Franco Junior nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas.

### **Conselho Fiscal**

**Mauro Stacchini Jr.**, brasileiro, 55 anos, contador, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia em 10/04/2012. Atua como Perito Contador Judicial da 1ª, 12ª, 13ª, 14ª, 21ª, 25ª e 39ª Varas Cíveis do Fórum Central da Capital, da 8ª e 10ª Varas da Família do Fórum Central e em diversas varas cíveis da Justiça Federal em São Paulo e de foros regionais da Capital e de São Bernardo do Campo, no período de março de 1987 até a presente data. É sócio-diretor da Actual Consultoria Ltda. e da Actual Perícias Ltda., desde março de 1987 até a presente data, tendo a seu cargo a área técnica, desenvolvendo trabalhos na área pericial contábil junto a escritórios de advocacia. Atuou como Diretor financeiro da Datalógica Comércio e Softwares Ltda. no período de setembro de 1986 a março de 1987. Atuação como presidente do conselho fiscal da Melpaper S.A. no período de 2006 a 2010; atuação como conselheiro fiscal da Rohr S.A. Estruturas Tubulares desde 2009; atuação como conselheiro fiscal da Associação Antroposófica de São Paulo no período de 2004 a 2007.

O Sr. Mauro Stacchini Jr. nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas. Até o presente momento, não há qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

**Luiz Alexandre Tumolo**, brasileiro, 43 anos, contador, eleito para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia em 10/04/2012. Atua como Perito Contador Judicial da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Varas Cíveis, da 1ª e 2ª Varas da Família e Sucessões e do Juizado Especial do Foro do Jabaquara-SP, da 8ª Vara Cível e da 4ª Vara da Família e Sucessões do Foro de Santana-SP, da 1ª Vara Cível do Foro de Pinheiros-SP, da 1ª, 3ª, 5ª, 20ª, 37ª e 38ª Varas Cíveis do Foro Central-SP, da 3ª Vara Cível do Foro de Cotia-SP e da 2ª e 3ª Varas Cíveis do Foro de Osasco-SP, no período de maio de 1994 até a presente data. É sócio-diretor da Actual Consultoria Ltda. e da Actual Perícias Ltda., desde maio de 1994 até a presente data, tendo a seu cargo a área técnica, desenvolvendo trabalhos na área pericial contábil junto a escritórios de advocacia. Atuou como Supervisor sênior do depto. de auditoria da KPMG Peat Marwick no período de agosto de 1987 a abril de 1994. Participação como instrutor em seminários internos de contabilidade, auditoria e consultoria, ministrados ao staff técnico da KPMG.

O Sr. Luiz Alexandre Tumolo nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas. Até o presente momento, não há qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

**Rubens Barletta**, brasileiro, 66 anos, advogado, eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia em 10/04/2012. Atuou na qualidade de sócio da sociedade de advogados Augusto Lima S/C no período de 17/02/1989 até 31/12/2008. A partir de 05/01/2009 atuou como advogado autônomo até 17/06/2009 na sociedade de advogados Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados e desde 18/06/2009 atua como sócio na sociedade de advogados Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, com área de abrangência no Direito Civil, Empresarial, Societário, Consumidor, Bancário e Processual Civil. Atua como membro efetivo do Conselho Fiscal, eleito, sucessivamente, nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas a partir de abril de 1999, das seguintes empresas: Suzano Papel e Celulose S.A., Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Hodings S.A.

O Sr. Rubens Barletta nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas. Até o presente momento, não há qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

**José Nicolau Luiz**, brasileiro, 38 anos, advogado, eleito para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia em 10/04/2012. Atua desde junho 2009 na qualidade de sócio da sociedade de advogados Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados com área de abrangência no Direito Civil, Empresarial, Societário, Consumidor, Bancário e Processual Civil. Atuou como advogado autônomo de março/2001 até maio/2009 desenvolvendo diversas atividades na área de Direito Constitucional, Civil, Família, Empresarial, Societário, Bancário, Consumidor e Processual Civil. Atuou como professor de graduação (área de abrangência Direito Processual) e membro de Comissão Organizadora de Evento Científico-Jurídico do Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP/ULBRA no período de 2003 a fevereiro de 2005. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal das empresas Polipropileneo S.A. (de abril/1997 até abril/1998) e Polipropileno Participações S.A. (de abril/1997 até abril/1998).

O Sr. José Nicolau Luiz nunca ocupou cargos de administração em companhias abertas. Até o presente momento, não há qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

**b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal;**
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;**
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Até o presente momento, não há qualquer condenação criminal ou qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros indicados do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

**12.9. Relação Conjugal, União Estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. administradores do emissor**

Existe relacionamento familiar entre os Srs. Fernando Luiz Schettino Moreira e Mário Sérgio Moreira Franco. O conselheiro Sr. Mário Sérgio Moreira Franco é sobrinho do presidente do Conselho de Administração, o Sr. Fernando Luiz Schettino Moreira.

Existe relacionamento familiar entre os Srs. Evandro Luiz Coser, vice-presidente do Conselho de Administração e a Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem, membro suplente do Conselho de Administração. Eles são irmãos.

**b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

Não aplicável à Companhia haja vista não existir relacionamento entre tais agentes.

**c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não aplicável à Companhia haja vista não existir relacionamento entre tais agentes.

**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável à Companhia haja vista não existir relacionamento entre tais agentes.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável à Companhia haja vista não existir relação de subordinação entre tais agentes.

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

Não aplicável à Companhia haja vista não existir relação de subordinação entre tais agentes.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não há qualquer relação entre nossos administradores e nossos clientes, fornecedores, devedores ou credores.



## **TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.**

Companhia de Capital Aberto – Novo Mercado  
CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18  
NIRE 35.300.340.931

---

A Administração da Tagma Gestão Logística S.A. (“**TEGMA**” ou “**Companhia**”) coloca à disposição dos acionistas da Companhia as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, em conformidade com o Art. 12, da ICVM nº 481/2009, relativo à fixação da remuneração global dos Administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal, que será deliberada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2013.

---

### **13. Remuneração dos administradores**

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

O objetivo da política de remuneração aplicada aos diretores estatutários e não estatutários é reconhecer e recompensar o atingimento e a superação das metas organizacionais, valorizar ações e atitudes que garantam o crescimento e a geração de valor para os acionistas, além de contribuir para a retenção dos profissionais.

A política de remuneração aplicada ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal visa reconhecer as competências e contribuições dos seus membros para atingir os objetivos da Companhia.

#### **b. composição da remuneração, indicando:**

##### **i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A política de remuneração da Companhia é composta por elementos fixos e variáveis. O objetivo da remuneração fixa é oferecer remuneração dentro das práticas de mercado, garantindo adequados níveis de atratividade e retenção de talentos. A remuneração variável busca recompensar a performance dos profissionais de acordo com o atingimento de metas pré-estabelecidas.

A remuneração baseada em ações, instituída a partir de 2012, visa promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos e empregados.

#### **ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

No ano de 2012, aproximadamente 56% da remuneração da diretoria estatutária foi proveniente do componente variável, sendo que a totalidade da remuneração do Conselho de Administração e Fiscal é fixa, sem a existência de um componente variável.

#### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A remuneração fixa contempla salários e benefícios, prevê a adoção da média salarial de mercado e inclui pacote de benefícios de praxe. Os salários são reajustados anualmente de acordo negociação realizada com o sindicato da categoria. Adicionalmente, quando aplicável, também através de estudos técnicos baseados nas práticas de mercado.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração variável é baseada no estabelecimento de metas financeiras e operacionais anuais atreladas ao resultado da Companhia e a metas individuais.

As práticas de remuneração adotadas visam atrair e reter profissionais qualificados e alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia; engajar, comprometer e alavancar resultados financeiros, de produtividade e qualitativos no curto, médio e longo prazo.

#### **c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os principais indicadores de desempenho estão atrelados a resultados financeiros, como, por exemplo, EBITDA e redução de despesas, bem como à performance operacional e de segurança e saúde ocupacional.

#### **d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração é estruturada a partir do planejamento estratégico, dos planos de negócios e orçamentos, dos níveis de serviços acordados com os nossos clientes, e de premissas de gestão organizacional.

#### **e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A estrutura, metodologia e premissas do programa de remuneração partem do planejamento estratégico da Companhia, e desdobra as metas globais estabelecidas para o curto, médio e longo prazo. A remuneração baseada em ações vem agregar a esse objetivo mediante a criação de incentivos para a integração dos executivos e empregados de alto nível da Companhia com seus acionistas.

#### **f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nossos diretores estatutários Sr. Alexandre Augusto Brandão e Sr. Gennaro Oddone atuam também como administradores da nossa controlada Catlog Logística de Transporte S/A, função para a qual recebem remuneração mensal fixa correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável à Companhia.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número de membros**

**c. remuneração segregada em:**

**i. remuneração fixa anual, segregada em:**

salário ou pró-labore  
benefícios diretos e indiretos  
remuneração por participação em comitês  
outros

**ii. remuneração variável, segregada em:**

bônus  
participação nos resultados  
remuneração por participação em reuniões  
comissões  
outros

**iii. benefícios pós-emprego**

**iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**

**v. remuneração baseada em ações**

**d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

**e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

As tabelas abaixo apresentam a remuneração da diretoria estatutária e do conselho de administração nos três últimos exercícios sociais bem como as projeções da Companhia para o exercício de 2013. Os valores são apresentados em R\$ mil, exceto o número de membros.

Conforme instrução do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 03/2010, o número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

**Item 13.2 - Diretoria Estatutária**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013E</b>
Número de membros	3,16	3,50	3,00	3,00
<b>Remuneração fixa</b>	<b>1.640</b>	<b>2.025</b>	<b>2.058</b>	<b>2.218</b>

Salário ou pró-labore	1.529	1.898	1.919	2.073
Benefícios diretos e indiretos	111	127	139	146
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	<b>2.160</b>	<b>2.748</b>	<b>2.590</b>	<b>3.838</b>
Bônus	1.378	1.418	721	1.056
Participação nos resultados	782	1.330	1.144	1.296
Participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	725	1.486
<b>Remuneração total</b>	<b>3.800</b>	<b>4.773</b>	<b>4.648</b>	<b>6.056</b>

#### Item 13.2 - Conselho de Administração

	2010	2011	2012	2013E
Número de membros	5,00	5,00	5,00	5,00
<b>Remuneração fixa</b>	<b>960</b>	<b>995</b>	<b>1.049</b>	<b>1.133</b>
Salário ou pró-labore	960	995	1.049	1.133
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Remuneração total</b>	<b>960</b>	<b>995</b>	<b>1.049</b>	<b>1.133</b>

#### Item 13.2 - Conselho Fiscal

	2010	2011	2012	2013E
Número de membros	-	1,75	3	3
<b>Remuneração fixa</b>	<b>-</b>	<b>168</b>	<b>297</b>	<b>321</b>
Salário ou pró-labore	-	168	297	321
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração variável</b>	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em comitês	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
<b>Remuneração total</b>	-	<b>168</b>	<b>297</b>	<b>321</b>

**13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número de membros**

**c. em relação ao bônus:**

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

**d. em relação à participação no resultado:**

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Os valores abaixo estão em R\$ mil e referem-se à remuneração variável da diretoria estatutária. O Conselho de Administração nem o Fiscal recebem remuneração variável.

---

**Item 13.3 - Diretoria Estatutária**

---

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013E</b>
Número de membros	3,16	3,50	3,00	3,00
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.092	1.418	1.482	1.056
Valor previsto caso as metas sejam atendidas	2.092	1.418	1.482	1.056
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.378	1.418	721	-
<b>Participação no resultado</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Valor máximo previsto no plano de remuneração	782	1.330	1.153	1.296
Valor previsto caso as metas sejam atendidas	782	1.330	1.153	1.296
Valor efetivamente reconhecido no resultado	782	1.330	1.144	-

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a. termos e condições gerais**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opções. A administração do Plano compete ao conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"), o qual também poderá atribuir a um comitê especialmente criado para esse fim ("Comitê") a gerência do Plano. Todavia, seus atos deverão ser sempre aprovados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração poderá, periodicamente, criar programas de opção de ações ("Programas"), nos quais serão definidas as pessoas às quais serão concedidas as opções, o número de ações da Companhia que terão direito de subscrever/adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição/aquisição, a forma do pagamento das ações, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de Opções e quaisquer restrições aplicáveis às ações recebidas pelo exercício da opção e disposições sobre penalidades.

**b. principais objetivos do plano**

Os objetivos do Plano são os seguintes: (a) estimular a expansão da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para a integração dos executivos e empregados de alto nível da Companhia com seus acionistas; (b) possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos, condições e formas previstos neste Plano; e (c) promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos e empregados.

**c. forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano concede opções de compra aos beneficiários para incentivar melhores desempenhos na gestão e no alcance de resultados e, conseqüentemente, na valorização da Companhia e das ações de sua emissão.

**d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Plano se insere na estratégia de retenção e reconhecimento do desempenho dos beneficiários e com o compromisso destes na geração de valor para a Companhia e seus acionistas.

**e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

O Plano busca fortalecer a retenção dos beneficiários e o compromisso destes em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

#### **f. número máximo de ações abrangidas**

1.320.058 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em nenhuma hipótese, o número total das ações objeto das opções poderá ultrapassar o limite do capital autorizado da Companhia.

#### **g. número máximo de opções a serem outorgadas**

As opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar o limite acumulado de 2,0% (dois por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia, na data da aprovação do Plano.

O número de ações objeto de cada Programa será determinado pelo Conselho de Administração.

#### **h. condições de aquisição de ações**

A obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições a serem definidos no âmbito de cada Programa.

#### **i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos beneficiários em decorrência do exercício da opção será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa.

#### **j. critérios para fixação do prazo de exercício**

A obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á nos períodos a serem definidos no âmbito de cada Programa.

#### **k. forma de liquidação**

O preço de aquisição/subscrição das ações será pago pelos titulares da opção, nas condições determinadas pelo Conselho de Administração, respeitada a realização mínima prevista em lei.

#### **l. restrições à transferência das ações**

Não aplicável à Companhia

#### **m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Plano poderá ser alterado ou extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de acionistas da Companhia.

O término da vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor com base nele outorgadas, observado o disposto em cada Programa.

#### **n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Por deliberação do Conselho de Administração, serão determinados no âmbito de cada Programa, os procedimentos e as consequências relativos à manutenção ou perda de direitos relativos à Opção nos casos de desligamento, falecimento, invalidez permanente e aposentadoria.

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

**Conselho de Administração**

2010: 213.304 ações  
 2011: 252.104 ações  
 2012: 190.504 ações

**Diretoria Estatutária:**

2010: 28.500 ações  
 2011: 42.000 ações  
 2012: 30.004 ações

**Conselho Fiscal:**

2011: 300 ações  
 2012: 300 ações

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

<b>13.6 Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em:</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>
Número de Membros	3	-
<b>Outorga de opções de compras de ações</b>		
Data de Outorga	19/12/2011	-
Quantidade de Opções Outorgadas	250.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	fev / 2012 até 2015	-
Prazo máximo para exercício das opções	nov/17	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 8,10	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
<b>Valor Justo das opções na data da Outorga</b>	<b>R\$ 8,10</b>	-
<b>Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas</b>	<b>0,38%</b>	-

*Nos exercícios anteriores não houve remuneração baseada em ações para a Diretoria Estatutária nem para os Conselhos de Administração e Fiscal. O últimos dois não recebem remuneração baseada em ações.*

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número de membros**

**c. em relação às opções ainda não exercíveis**

- i. quantidade
- ii. data em que se tornarão exercíveis
- iii. prazo máximo para exercício das opções
- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

**d. em relação às opções exercíveis**

- i. quantidade
- ii. prazo máximo para exercício das opções
- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

**13.7 Opções em Aberto ao final do exercício social findo em 31/12/2011**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
Número de Membros	-	3
<b>Opções ainda não Exercíveis</b>		
Quantidade	-	250.000
Data em que se tornarão exercíveis	-	fev / 2012 até 2015
Prazo máximo para exercício das opções	-	nov/17
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 8,10
<b>Opções Exercíveis</b>		
Quantidade	-	121.667
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	nov/17
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	24,51

**13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a. órgão**

**b. número de membros**

**c. em relação às opções exercidas informar:**

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de exercício
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

**d. em relação às ações entregues informar:**

- i. número de ações
- ii. preço médio ponderado de aquisição
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável à Companhia.

**13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

Stock Options	
a) Modelo de Precificação	Black & Scholes
b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	Taxa Livre de Risco - 10,23%
	Duração Média do programa em anos: 3
	Volatilidade Anualizada esperada: 34,88%
	Dividendos Esperados: 4,5%
	Valor justo da opção na data de outorga: R\$ 5,32 e R\$ 10,34
c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Não aplicável
d) Forma de determinação da volatilidade esperada	O valor da volatilidade esperada é baseado na volatilidade histórica da ação da Tegma (TGMA3) negociada na BM&FBovespa.
e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não aplicável

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável à Companhia.

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

*Valores em R\$ mil, exceto número de membros de cada órgão.*

Item 13.11 - Remuneração Total	2010		2011			2012		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,16	5,00	3,50	5,00	1,75	3,00	5,00	3,00
Valor médio da remuneração individual	1.203	192	578	199	96	686	210	99

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Não aplicável à Companhia.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas**

**aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Nos três últimos exercícios sociais, 80% da remuneração do conselho de administração foi referente a membros relacionados aos controladores diretos ou indiretos. Nenhum membro da nossa diretoria ou Conselho Fiscal representa parte relacionada aos controladores, diretos ou indiretos.

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não aplicável à Companhia.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Nossos diretores estatutários, Sr. Alexandre Augusto Brandão e Sr. Gennaro Oddone atuam também como administradores da nossa controlada Catlog Logística de Transporte S/A, função para a qual recebem remuneração mensal fixa correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não aplicável à Companhia.